

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Rio Branco**REQUISIÇÃO DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIO N.º 72/2020**

Do(a): Juiz de Direito Anastácio Lima de Menezes Filho da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Rio Branco.

Ao: Estado do Acre

Requisito o pagamento em favor do credor(es) e no valor(es) individualizado(s) em anexo, em virtude de decisão transitada em julgado proferida na **Ação Originária** nº 0708540-62.2018.8.01.0001, segundo as informações abaixo indicadas. **Informo, outrossim, que não existe qualquer Recurso pendente, quanto aos valores contidos na presente Requisição.**

A - IDENTIFICAÇÃO	
Requerente: Roberto Ferreira da Silva	
Advogado: Vitor Monteiro Singui e Marize Anna Monteiro de Oliveira Singui	
Requerido: Estado do Acre	
Advogado: Tatiana Tenório de Amorim	
B – ESPÉCIE DE PRECATÓRIO	
(x) 1. Original () 2. Complementar () 3. Parcial () 4. Suplementar () 5. Correspondente a parcela da condenação comprometida com honorários contratuais.	
C - NATUREZA DA OBRIGAÇÃO A QUE SE REFERE A REQUISIÇÃO	
1. () Tributário	2. (x) Trabalhista
3. () Administrativo	4. () Civil
5. () Constitucional	6. () Previdenciário
7. () Desapropriação de imóvel que se enquadra no artigo 78, § 3º, o ADCT.	
D - NATUREZA DO CRÉDITO	
1 - ALIMENTAR	2 - COMUM
() Benefícios Previdenciários	() Não-alimentar
() Indenizações por morte ou invalidez fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado.	
(x) Salários, Vencimentos, Proventos, Pensões e suas complementações	() Desapropriações
E - DATAS DE REFERÊNCIA (dia/mês/ano)	
1. Data do ajuizamento do processo de conhecimento	: 01/08/2018
2. Data do trânsito em julgado da sentença ou do acórdão no processo de conhecimento	: 14/05/2019 e 11/06/2019
3. Data do trânsito em julgado dos embargos à execução ou impugnação, se houver, ou data do decurso de prazo para sua aposição:	:

Rio Branco (AC), 17 de agosto de 2020.

Anastácio Lima de Menezes Filho
Juiz de Direito



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Rio Branco

F - BENEFICIÁRIO(S) DA VERBA PRINCIPAL ¹			
NOME COMPLETO	CPF/CNPJ	DATA-BASE ¹	VALOR (R\$)
Roberto Ferreira da Silva	095.690.227-87	07/2019	149.223,17
SUBTOTAL 1 - CREDOR E BENEFICIÁRIO(S)			149.223,17

(1) Os precatórios deverão ser expedidos individualizadamente por credor, ainda que exista litisconsórcio (artigo 5º, § 1º, da Resolução nº 115 do CNJ), podendo a requisição conter outros beneficiários do crédito, assim considerados: (a) Credor: o exequente, assim apontado como o detentor do direito material de crédito em face de Fazenda Pública; b) Beneficiário: toda e qualquer pessoa, física ou jurídica, que, não sendo o exequente, faça jus ao recebimento de valores por meio da requisição de pagamento (espólio, sucessores, cessionários, menores, incapazes, massa falida, etc)

(2) Data-base – Mês/Ano considerados para efeito de atualização monetária dos valores.

G - BENEFICIÁRIO(S) EM HONORÁRIOS ³			
NOME (e OAB, se adv.)	CPF/CNPJ	DATA-BASE ⁴	VALOR (R\$)
SUBTOTAL 2 – HONORÁRIOS/CUSTAS/DESPESAS			

(3) (a) o advogado, pelo valor dos honorários contratuais e, quando não propuser pedido autônomo de execução, pelo valor dos honorários sucumbenciais; (b) o perito, pelo valor dos honorários arbitrados.

(4) Data-base – mês/Ano considerados para efeito de atualização monetária dos valores.

H - CUSTAS/DESPESAS ⁵			
NOME COMPLETO	CPF/CNPJ	DATA-BASE ⁶	VALOR (R\$)
SUBTOTAL 3 – CUSTAS/DESPESAS			

(5) Indicar o beneficiário do reembolso de custas judiciais, se o montante não estiver rateado e somado ao valor individualizado de cada beneficiário.

(6) Data-base – Mês/Ano considerados para efeito de atualização monetária dos valores.

Rio Branco (AC), 17 de agosto de 2020.

Anastácio Lima de Menezes Filho
Juiz de Direito

Endereço: Rua Benjamin Constant, 1165, Centro - CEP 69900-064, Fone: 3211-5483, Rio Branco-AC - E-mail: vafaz1rb@tjac.jus.br - Mod. 410 - Digitado por Maria Jose Oliveira Moraes Prado

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANASTACIO LIMA DE MENEZES FILHO. Para conferir o original, acesse o site <http://www.tjac.jus.br>, informe o processo 0708540-62.2018.8.07.0001 e o código 26BDBFA.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA LUCIA RODRIGUES GABRIEL, liberado nos autos em 03/09/2020 às 10:31. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjac.jus.br/esaj>, informe o processo 0101001-29.2020.8.01.0000 e código 6CB3A0.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Rio Branco

I - DEDUÇÕES ⁷			
NOME COMPLETO	CPF/CNPJ	DATA-BASE ⁸	VALOR (R\$)
SUBTOTAL 4 – DEDUÇÃO(ÕES)			

(7) Condenação em honorários na ação de embargos à execução.

(8) Data-base – Mês/Ano considerados para efeito de atualização monetária dos valores.

J - VALOR TOTAL REQUISITADO	VALOR (R\$)
SUBTOTAL 1 + SUBTOTAL 2 + SUBTOTAL 3 – SUBTOTAL 4	149.223,17

K - PRECATÓRIOS DE NATUREZA ALIMENTAR	
BENEFICIÁRIO IDOSO (Art. 12 da Res. CNJ nº 115/2010)	DATA DE NASCIMENTO
Roberto Ferreira da Silva	28/05/1949
BENEFICIÁRIO PORTADOR DE DOENÇA GRAVE	DOENÇA GRAVE (Art. 13 da Res. CNJ nº 115/2010)

Rio Branco (AC), 17 de agosto de 2020.

Anastácio Lima de Menezes Filho
Juiz de Direito



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Rio Branco

TABELA I

PEÇAS PROCESSUAIS E INFORMAÇÕES QUE INSTRUEM A REQUISIÇÃO ⁹				
ORDEM	PEÇA (1)/INFORMAÇÃO	Presente na Requisição		
		Sim	Não	Não se aplica
1	Ofício Requisitório-padrão devidamente preenchido, com informações sobre:			
	A. Identificação das partes;	(x)	()	()
	B. Espécie de precatórios (1- original; 2-complementar; 3-parcial; 4-suplementar; 5-corresponde a parcela da condenação comprometida com honorários contratuais);	(x)	()	()
	C. Natureza da obrigação: (1-tributário; 2-trabalhista; 3-administrativo; 4-civil; 5-constitucional; 6-previdenciário; 7-desapropriação de imóvel que se enquadra no artigo 78, § 3º, do ADCT; 8-outros);	(x)	()	()
	D. Natureza do crédito: 1-Alimentar (benefícios previdenciários, indenização por morte ou invalidez fundada em responsabilidade civil, salários, vencimentos, proventos e pensões); 2-Comum (não alimentar e desapropriações);	(x)	()	()
	E. Datas de referência: 1-data de ajuizamento do processo de conhecimento; 2-data do trânsito em julgamento do processo de conhecimento; 3-data de trânsito em julgado dos embargos/impugnação à execução (se foram opostos);	(x)	()	()
	F. Nome completo do credor e beneficiários, número do CPF, data da atualização do crédito e valor devido.	(x)	()	()
	G. Nome completo do beneficiário de honorários contratuais, sucumbências e periciais, número do CPF, data da atualização do crédito e valor devido;	()	(x)	()
	H. Nome completo do beneficiário do reembolso de custas judiciais, número do CPF, data da atualização do crédito e valor devido;	()	(x)	()
	I. Nome completo do beneficiário condenado ao pagamento de honorários advocatícios na ação de embargos/impugnação à execução, número do CPF, data da atualização do crédito e valor devido;	()	(x)	()
	J. Valor total da requisição;	(x)	()	()
	K. Nos precatórios de natureza alimentar (conforme o item "D", o nome completo e a data de nascimento dos credores maiores de 60(sessenta) anos, ou ainda o nome da doença grave que acomete o autor.	(x)	()	()
2	Petição inicial da ação	(x)	()	()
3	Procuração judicial ou substabelecimento	(x)	()	()
4	Contestação/impugnação	(x)	()	()
5	Sentença do processo de conhecimento	(x)	()	()
6	Acórdão do processo de conhecimento	()	(x)	()
7	Decisão dos Tribunais Superiores (se houver)	()	(x)	()
8	Certidão de Trânsito em Julgado da Sentença ou Acórdão	(x)	()	()



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Rio Branco

9	Petição inicial da execução da sentença	(x)	()	()
10	Mandado de citação para a oposição de embargos à execução	()	(x)	()
11	Certidão de citação/intimação para a oposição de embargos à execução	(x)	()	()
12	Certidão de que não foram opostos embargos	(x)	()	()
13	Petição inicial dos embargos à execução	()	(x)	()
14	Sentença dos Embargos e Acórdãos	()	(x)	()
15	Certidão de Trânsito em Julgado da Sentença dos Embargos ou Acórdão	()	(x)	()
16	Cálculos da Execução, na íntegra, com valores individualizados e discriminados por rubrica.	(x)	()	()
17	Decisão que homologou os cálculos de liquidação.	(x)	()	()
18	Comprovante de pagamento de precatório anterior, quando houver.	()	(x)	()

(9) Conforme art. 162, parágrafo único do Regimento Interno do Tribunal de Justiça e o artigo 973 do Provimento nº 16/2016, da Corregedoria-Geral da Justiça.

Rio Branco (AC), 17 de agosto de 2020.

Anastácio Lima de Menezes Filho
Juiz de Direito